

Universidade de Brasília - UnB

Instituto de Ciências Humanas – IH

Departamento de Serviço Social – SER

**O Fenômeno da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no
Contexto Atual do Capitalismo**

Lorena Fernandes Silva

Brasília, outubro de 2012

O Fenômeno da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Contexto Atual do Capitalismo

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação em
Serviço Social – TCC, elaborado sob a orientação da
Prof.^a MS Patrícia Cristina Pinheiro para obtenção
do título de Bacharel em Serviço Social

Lorena Fernandes Silva

Brasília, outubro de 2012

**O Fenômeno da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Contexto
Atual do Capitalismo**

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof.^a MS Patrícia Cristina Pinheiro

Orientadora

(Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília)

Assistente Social Fábio Felix Silveira

Examinador Externo

(Assistente Social da subsecretaria do sistema sócio-educativo)

Prof.^a Dr.^a Maria Lúcia Pinto Leal

Examinadora Interna

(Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília)

Brasília, _____ de _____ de 2012.

Agradecimentos

A minha mãe Nilva e ao meu irmão Thiago por estarem ao meu lado sempre.

As minhas professoras e professores do Departamento de Serviço Social, em especial a minha orientadora Patrícia e Maria Lúcia não somente por suas aulas e contribuições acadêmicas, mas pelo engajamento político.

Ao grupo de pesquisa Violes por viabilizar contribuições importantes para o enfrentamento da exploração sexual; pela luta incansável pela garantia de direitos da criança e do adolescente e por me proporcionar uma experiência ímpar no âmbito da pesquisa e da luta social.

Aos meus amigos, especialmente a Fábio Felix ao qual dividi momentos tão intensos na contraditória Universidade de Brasília.

A Adriano e Ester Diaz pela amizade, companheirismo e exemplo de luta.

Aos companheiros e companheiras de luta que fazem de suas vidas uma arma contra a exploração do capital.

“em todas as partes, indiferença bárbara e grosseiro egoísmo de um lado e, de outro, miséria indescritível; em todas as partes, a guerra social.”

Friedrich Engels

Lista de Siglas

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

ESCA – Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes

CAJE – Centro de Atendimento Juvenil Especializado

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

DPCA – Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente

Resumo

Este trabalho trata de uma das mais perversas formas de violação de direitos contra a criança e o adolescente, a exploração sexual. Para nos aproximarmos de uma compreensão deste fenômeno, é necessário um olhar sobre o contexto em que este se insere. Assim, o trabalho se baseia na contribuição metodológica e no fornecimento de dados gerados a partir da pesquisa *A Trajetória Social da Criança e do/a Adolescente em Situação de Exploração Sexual na Rodoviária e no Setor Comercial Sul de Brasília* para fazer um paralelo com a literatura especializada sobre a atual fase do capitalismo, compreendendo suas transformações na ordem do mundo do trabalho bem como seu processo de (contra)reforma, entendendo as conseqüências de tais características como desafios para o enfrentamento da exploração sexual. Foi possível identificar, através das histórias de vidas dos/as adolescentes participantes da pesquisa *A Trajetória*, transformadas em análises situacionais, características que envolvem o mundo do trabalho, as conseqüências da hegemonia neoliberal, revelados que os princípios em defesa da criança e do/a adolescente conquistados pela formulação do ECA não refletem nas políticas públicas. Por último o estudo ressalta a importância da construção metodológica na pesquisa *A Trajetória* com forma de combater a ESCA e outras violações de direitos contra a infância e a adolescência.

Palavras – chave: Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, Neoliberalismo, Reestruturação Produtiva.

Sumário

1. Introdução _____	09
1.1 Apresentação	
1.2 Objetivo	
1.3 Abordagem teórico-metodológica	
2. Capítulo 1 _____	12
<i>A Pesquisa A Trajetória Social de Crianças e Adolescentes em Situação de Exploração Sexual na Rodoviária e no SCS de Brasília</i>	
3. Capítulo 2 _____	16
ESCA no Contexto do Capitalismo	
2.1 A ESCA enquanto Questão Social	
2.2 Os Marcos do Capitalismo no século XX	
4. Capítulo 3 _____	24
Características do Estado Neoliberal Revelado na Trajetória Social da Criança e do/a Adolescente em Situação de Exploração Sexual	
3.1 A relação entre desemprego estrutural, trabalho informal e a rua	
3.2 O desmonte nas políticas públicas da criança e do adolescente	
3.3 Criminalização da pobreza. Política de higienização e violência policial.	
5. Considerações Finais _____	34
6. Referências Bibliográficas _____	37

Introdução

1.1 Apresentação

Este trabalho tem como proposta discutir a exploração sexual de crianças e adolescentes enquanto fenômeno da produção e reprodução das relações sociais que se estabelecem na sociedade burguesa, portanto no marco da contradição capital/trabalho sob os marcos da contra-reforma (Behring, 2003) do Estado brasileiro. Fenômeno identificado na trajetória social de adolescentes que se encontram, ou se encontraram em algum momento de suas vidas em situação de exploração sexual de crianças e adolescentes, tendo como base o estudo desenvolvido pelo grupo pesquisa Violes¹.

A motivação para fazer este Trabalho de Conclusão de Curso abordando esta temática surgiu de uma experiência própria como pesquisadora no Grupo de Pesquisa sobre Violência, Tráfico de Pessoas no Contexto da Exploração Sexual de Mulheres, Crianças e Adolescentes, Violes. Durante o período em que compus o grupo (entre os anos de 2008 e 2011), participei, enquanto estudante de Serviço Social e pesquisadora da pesquisa “A Trajetória Social da Criança e do Adolescente na Rodoviária e do Plano Piloto em Situação de Exploração Sexual”. É nesta pesquisa que este trabalho se baseia para aprofundar a discussão e o conhecimento acerca deste fenômeno, a ESCA.

Participar do grupo e da pesquisa sobre o fenômeno da exploração sexual entre crianças e adolescentes nas ruínas de Brasília, me permitiu a descoberta da possibilidade de transgredir o trato conservador ao tratar da temática.

1.2 Objetivo

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo fazer uma aproximação entre as contribuições teóricas que caracterizam os atuais marcos da sociedade do capital com a realidade experimentada e relatada pelos adolescentes participantes da pesquisa *A Trajetória Social da Criança e do Adolescente na Rodoviária e no Setor Comercial Sul de Brasília*. Assim sendo, o trabalho tem como objeto de estudo as análises situacionais de adolescentes em situação de exploração sexual em Brasília, oriundos da pesquisa *A Trajetória*. Este trabalho orientou-se por indagações acerca de

¹ Grupo de Pesquisa sobre Tráfico de Pessoas, Violência e Exploração Sexual de Mulheres, Crianças e Adolescentes da Universidade de Brasília, vinculado ao Instituto de Ciências Humanas e ao Departamento de Serviço Social.

situações concretas vivenciadas pelos sujeitos que vivenciam a exploração sexual e onde seria possível identificar trajetórias das características atuais do capitalismo.

O trabalho é dividido em três capítulos: o primeiro debruça-se sobre a pesquisa *A Trajetória* propriamente dita, contextualizando-a e expondo acerca da metodologia, suas técnicas e princípios; o segundo capítulo busca traçar os elementos fundamentais para analisarmos a ordem societária atual. Basicamente este capítulo faz uma análise sobre as transformações no âmbito do mundo do trabalho e sobre o ideário hegemônico atual nas políticas de Estado e suas implicações. Por último, o terceiro capítulo deste trabalho busca uma relação, de forma mais concreta, entre as principais características da sociedade nos marcos da reestruturação produtiva e do neoliberalismo na história de vida dos adolescentes em situação de exploração sexual participantes da pesquisa através das *análises situacionais*.

1.3 Abordagem teórico - metodológica

Para que esta análise seja feita, o referencial teórico utilizado neste Trabalho possui duas categorias chave fundamentais. Estas são: o materialismo e a dialética.

O materialismo dialético surge como concepção de análise no século XIX quando Karl Marx e Friedrich Engels a desenvolvem, rompendo com a categoria filosófica que predominava na época, o idealismo². O materialismo dialético busca a apreensão das leis dos fenômenos histórico-sociais. Esta concepção defende que o entendimento do real somente pode acontecer a partir do processo de organização, dinamização e transformação do social. Nas palavras de Marx “O concreto é concreto por ser a síntese de múltiplas determinações, logo, unidade da diversidade.” (Karl Marx, apud Viana, 2007 p. 81). Fazendo o estudo sobre o método de Marx, Nildo Viana aponta que o ponto de partida e o ponto de chegada de uma pesquisa social é o concreto, sendo que no início há o concreto-dado (representação imediata de um determinado fenômeno) e ao final da análise ou estudo, há o concreto-pensado (Viana, 2007) Tendo em vista o fenômeno da ESCA, é possível pensar neste método da seguinte forma: no início da pesquisa, parte-se da constatação de que há exploração sexual envolvendo crianças e adolescentes nas ruas de Brasília (concreto-dado). Ao final do estudo, é possível concluir, por exemplo que a exploração sexual é

² Corrente filosófica que emerge a partir do advento da modernidade. Baseado no papel fundamental da subjetividade. Tem como principais expoentes Kant e Hegel.

acompanhada de outras formas de violação de direitos, ou seja: chaga-se ao concreto-pensado. Viana completa afirmando que ao atingir o ponto de chegada de um determinado estudo significa o resultado de um processo de abstração³ onde o objetivo é o de descobrir as determinações deste concreto-pensado.

O processo dialético acontece então, ao mesmo tempo em que o ambiente modela indivíduos, este mesmo ambiente é transformado por eles. Assim, Viana mostra que o método dialético é o que *permite conhecer a historicidade do modo de produção capitalista com suas contradições e tendências de decomposição e transformação em outra forma de sociedade*. Seu objetivo está em *descobrir a essência do fenômeno, ou seja, sua determinação fundamental, privilegiando seu processo de transformação, sua historicidade*.

Com base nessas categorias como parte essencial do referencial teórico, é necessário traçar a metodologia do estudo. Entende-se por metodologia o que Minayo classifica como *o caminho do pensamento e a prática exercita da realidade*. (MINAYO, 2001:16). Para tal, o trabalho se fundamenta na análise de dados secundários expostos na pesquisa *A Trajetória Social da Criança e do/a Adolescente em Situação de Exploração Sexual na Rodoviária e Setor Comercial Sul de Brasília* e no estudo da revisão de literatura, buscando conceitos e teorias desenvolvidas por pensadores da temática.

O referencial teórico, como base para construir o procedimento metodológico, é essencial para o Trabalho que não tem a pretensão de reproduzir generalizações e sentidos comuns em relação ao fenômeno estudado. A perspectiva crítica apontada no referencial-teórico reforça a necessidade de se construir no método técnicas de pesquisa não estáticas, mas que possam compreender o fenômeno de forma dinâmica, chegando assim, a uma compreensão dialética acerca da exploração sexual de crianças e adolescentes nos dias atuais.

³ Processo basicamente mental, onde se busca descobrir as determinações de um fenômeno e seu processo de transformação.

Capítulo I - A Pesquisa *A Trajetória Social da Criança e do Adolescente em Situação de Exploração Sexual na Rodoviária e no SCS*

1.1 A Pesquisa

A pesquisa *A Trajetória Social da Criança e do Adolescente em Situação de Exploração Sexual na Rodoviária e no Setor Comercial Sul de Brasília* foi realizada entre os anos de 2008 e 2009 pelo grupo de pesquisa e extensão Violes da Universidade de Brasília. A motivação para que esta pesquisa fosse realizada surgiu a partir de denúncias no jornal local e de grande circulação Correio Braziliense (CB: 24 a 28 de setembro de 2008) de que a Rodoviária e o SCS de Brasília eram pontos de exploração sexual de crianças e adolescentes vindas das mais diversas regiões do DF e entorno. A partir da constatação deste fato, foi instituída uma Comissão de Direitos Humanos na Câmara Legislativa do Distrito Federal, com a participação de atores governamentais, não - governamentais, da mídia e da Universidade. Assim, foi proposto ao grupo de pesquisa Violes da Universidade de Brasília que realizasse um estudo científico sobre a constatação do fenômeno.

É neste contexto que surge a construção e realização da pesquisa intitulada *A Trajetória Social de Crianças e Adolescentes em Situação de Exploração Sexual na Rodoviária e no SCS*. O objeto desta pesquisa estava centrado nas situações historicamente vivenciadas por adolescentes em situação de exploração sexual nas ruas de Brasília.

A pretensão da pesquisa “A Trajetória” estava em aprofundar o conhecimento e analisar a trajetória social de vinte e dois adolescentes em situação de exploração sexual, participantes da pesquisa, a fim de, a partir do conhecimento desta realidade, traçar uma metodologia capaz de contribuir para o enfrentamento da ESCA, onde o segmento em questão – a criança e o adolescente – tivesse participação central não apenas como objetos de estudo, mas como seres capazes de pensar, analisar a sua própria realidade.

Os princípios que nortearam este estudo estão baseados nos direitos humanos e sexuais, que segundo a plataforma de Beijing⁴ (1995), estão incluídos o direito à liberdade, à autonomia, e ao exercício responsável da sexualidade.

Na pesquisa, foi utilizado o termo “nas ruas” para delimitar a população da qual a pesquisa tratava. Este termo busca compreender não somente aqueles que transitam pelas

⁴ Plataforma elaborada durante a IV Conferência Mundial sobre as Mulheres da qual o Brasil é um dos países signatários.

ruas, como também as relações sociais que se desenvolvem a partir dessa vivência. O referencial teórico para tal está baseado no “sistema criança-rua”⁵ de Lucchini.

Baseado neste referencial teórico, o grupo adotou a terminologia criança ou adolescente em “situação de rua”, pela compreensão de que as relações vivenciadas na rua acontecem em diversas dimensões e o conjunto das interações que as crianças têm na rua com os outros atores sociais, buscando assim não uma visão fatiada da criança na rua, mas considerando o conjunto de totalidades que essa realidade carrega.

A pesquisa *A Trajetória Social da Criança e do/a Adolescente em Situação de Exploração Sexual na Rodoviária e no Setor Comercial Sul de Brasília* buscou construir, através de uma metodologia inovadora, que representa um “giro paradigmático” (será tratado a seguir) no trato com a criança e com o adolescente, a análise situacional destes sujeitos em situação de exploração sexual. Esta metodologia será abordada de forma mais detalhada no próximo subtópico.

1.2 A Metodologia da Pesquisa

A metodologia foi determinante para validar tanto os resultados, quanto a concepção teórica do grupo. Esta concepção está baseada na defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes. Assim, foi utilizada e construída a método da pesquisa-ação-intervenção social (PAIS). Esta metodologia tem como princípios fundamentais a participação dos sujeitos envolvidos (as crianças e os adolescentes), a investigação e o fortalecimento de um cognitivo de justiça social, além do pressuposto da participação plena e total dos sujeitos oprimidos e violados em seus direitos, estabelecendo assim, o chamado “giro paradigmático” no que concerne o estudo da infância e adolescência.

O chamado “giro paradigmático” em torno da metodologia da pesquisa pode ser compreendido como a busca pelo rompimento com a tendência de se tratar a questão da exploração sexual de crianças e adolescentes com um *excesso de formalismo teórico-metodológico* que secundariza o sujeito que vivencia tal fenômeno. No entanto, o rompimento com este tipo de abordagem não significa perder de vista o rigor científico no trato da questão, mas sim o de construir uma metodologia científica sem perder a densidade humana envolvida. (LEAL, 2010).

⁵ Desenvolvido pelo sociólogo Lucchini, o sistema criança rua é uma ferramenta conceitual que busca representações de oito dimensões vivenciadas por crianças e que visa que cada uma das dimensões seja relatada pelas próprias crianças ou adolescentes participantes de tal processo.

Faziam parte das diretrizes metodológicas os seguintes pressupostos: a participação e a centralidade dos sujeitos no processo de construção da investigação; a articulação e a mobilização das redes sociais para qualificar o acesso dos adolescentes às políticas públicas; a construção do conhecimento sobre a ESCA de forma a subsidiar o enfrentamento do fenômeno em Brasília e o respeito à ética na pesquisa.

A metodologia utilizada na pesquisa baseia-se no uso da articulação de abordagens qualitativas e dos instrumentos técnicos. As abordagens qualitativas se deram através da pesquisa-ação e intervenção social, nas análises sociais, situacionais e nas abordagens de rua em redes e com as famílias. Esta abordagem valorizava não somente o dado em si, mas levava em consideração a sua historicidade e o seu significado através da experiência social vivenciada por cada adolescente participante da pesquisa. Um exemplo disso foi a construção da linha do tempo, onde as histórias de vida eram relatadas durante a análise situacional pelos próprios adolescentes participantes da pesquisa.

Um dos instrumentos fundamentais utilizados na pesquisa foram as oficinas temáticas. As temáticas variavam em: educação e arte, língua estrangeira (inglês), fotografia, reconstrução de bicicletas, hip-hop e inclusão e arte digital. As oficinas eram de fundamental importância para o grupo de pesquisa, pois além de instrumentalizar aqueles/as adolescentes com um novo saber, criavam outros espaços de socialização e interação entre os/as adolescentes participantes da pesquisa e o próprio grupo de pesquisadores.

Outros instrumentos utilizados foram os diários de campo dos pesquisadores, questionários, roteiros, fichas cadastro, entre outros similares. Os diários de campo foram construídos pelos pesquisadores, a partir do momento em que estes saíram para campo, no caso a rodoviária e o Setor Comercial Sul, para conhecer a dinâmica destes locais e também aquelas crianças e adolescentes que viviam ou transitavam por lá.

Este período durou cerca de três meses. As fichas de cadastro foram usadas em diversos momentos da pesquisa. Em dado momento, foi importante para fazer o levantamento dos documentos destes/as adolescentes, em outros para fazer o planejamento do gasto com a bolsa⁶.

Durante os primeiros meses de pesquisa, o grupo Violes realizou *abordagem de rua*, onde tivemos contato direto com cerca de 80 adolescentes. Este trabalho foi realizado em

⁶ Durante o período da pesquisa, os/as adolescentes participantes obtiveram uma bolsa mensal como ajuda de custo temporária.

conjunto com informantes ligados ao Programa de Redução de Danos⁷. A finalidade desse tipo de abordagem era, em primeiro lugar, possibilitar o conhecimento do campo a ser analisado pelos pesquisadores, sua dinâmica, os pontos de convivência, trabalho, prostituição, ESCA ou outras formas de violação de direitos. Também, a abordagem de rua era fundamental para selecionar os/as adolescentes participantes da pesquisa. Importante ressaltar aqui que a *abordagem de rua* utilizada aqui está na contramão daquela autoritária e policialesca presente no cotidiano dessas crianças e adolescentes.

Um outro instrumento fundamental para a pesquisa e para a construção das trajetórias foi a visita domiciliar. Este foi o principal modo de entrar em contato com o meio familiar dos/as adolescentes, seus arranjos, dinâmicas, a relação entre os integrantes da família com o espaço e o meio em que vivem. Para que as visitas fossem realizadas, contamos com o prévio consentimento dos/as adolescentes, pois em diversos casos, havia conflitos com a família.

Para a construção das trajetórias e da linha do tempo, a pesquisa se centrou nas entrevistas semi - estruturadas com os/as adolescentes. Este foi um momento fundamental da pesquisa. Era a história contada a partir dos próprios sujeitos que a vivenciam, ou vivenciaram a exploração sexual em algum momento de suas vidas.

As técnicas utilizadas na pesquisa tinham a perspectiva de referendar os princípios norteadores da metodologia construída nesta pesquisa: o de assegurar os direitos e o de tratar a criança e o adolescente enquanto sujeitos participantes da construção do conhecimento e não como meros objetos de estudo.

⁷ Programa que tem como paradigma a *redução de danos* como forma de proporcionar uma reflexão ampliada sobre a possibilidade de diminuir danos relacionados a alguma prática que cause ou possa causar danos.

Capítulo II – A Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Capitalismo

Este capítulo trata de contextualizar historicamente o fenômeno da exploração sexual e demais violações de direitos contra a criança e o adolescente que acompanham a ESCA em Brasília.

Como parte do referencial teórico adotado - o materialismo histórico e dialético – torna-se imprescindível a compreensão da crise do capital, suas novas formas de apropriação da força de trabalho, incluindo as flexibilizações no mundo do trabalho, como também a compreensão do processo de (contra) Reforma do Estado brasileiro e seus impactos para a questão social e para as políticas públicas para não se chegar a uma visão simplista sobre a ESCA.

2.1 Sobre a Questão Social – a Relação entre ESCA, Questão Social e Pauperismo

O fenômeno estudado neste trabalho - a ESCA na rodoviária e no Setor Comercial Sul de Brasília – a partir de dados secundários, não se explica por si só, mas sim a partir do contexto e determinações em que está inserido. Por isso, a importância da compreensão das características em que o fenômeno da ESCA acontece neste estudo. Entender a exploração sexual de crianças e adolescentes na sociedade capitalista é entender este fenômeno como uma expressão da questão social.

Esta caracterização do fenômeno da exploração sexual enquanto questão social, ou seja, como fruto da contradição entre capital e trabalho não significa que a exploração sexual de crianças e adolescentes seja um fenômeno restrito ou exclusivo do modo de produção capitalista, mas que possui características e dimensões próprias nesta determinada ordem societária. Por isso, a importância da compreensão dessa realidade em que esta e outras violações de direitos contra a criança e o adolescente estão colocadas.

A exploração sexual é considerada pela convenção 182 da Organização Internacional Trabalho como uma das piores formas de trabalho infantil. Assim, a troca no comércio do sexo se dá por meio dos serviços sexuais ofertados por uma criança ou adolescente. Para que este trabalho seja demandado por esse tipo de comércio, o mesmo precisa ter um valor de uso baseado na qualidade própria da sua natureza não material (sexo/idade/prazer), o que explicita a necessidade da existência do consumidor (LEAL, 2010). Dessa forma temos que levar em consideração o valor de uso e o valor de troca da

'mercadoria', que na verdade é o próprio trabalho infantil sendo explorado no comércio do sexo.

Tendo a perspectiva que Octavio Ianni (1995) em seu livro Teorias da Globalização oferece, o capitalismo influencia de maneira devastadora todas as formas de organização do trabalho e vida social com que entra em contato. Com essa perspectiva, o fenômeno da ESCA é contagiado por este modo de produção. Leal (2003) aponta como a exploração sexual de crianças e adolescentes acontece na atual sociedade capitalista globalizada. A autora descreve este fenômeno como uma *“relação de mercantilização (exploração/dominação) e abuso (poder) do corpo de crianças e adolescentes (oferta) por exploradores sexuais (mercadores), organizados em redes de comercialização local e global (mercado), ou por pais, ou responsáveis, e por consumidores de serviços sexuais pagos (demanda).* Globalização e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

Em outro texto intitulado *Tráfico de pessoas e exploração sexual de meninas no Brasil*, Leal (2007, p. 08) afirma que a ESCA está enraizada no *modelo de desenvolvimento desigual do mundo capitalista globalizado e do colapso do Estado, não só do ponto de vista ético, mas sobretudo pela diminuição do seu potencial de atenção à questão social.*

Antes de entrarmos de maneira mais específica sobre a questão social, é necessária a compreensão acerca do fenômeno do pauperismo. Este torna-se conhecido principalmente a partir do século XIX, nos marcos da Revolução Industrial que teve a Inglaterra como centro. Este fenômeno permite referendar que na sociedade capitalista a pobreza e a miséria crescem na mesma medida em que o capital se expande. Com base nesta constatação, é possível delimitar quais crianças e adolescentes em situação de exploração sexual a pesquisa buscou compreender – aquelas que se encontram em situação de extrema pobreza.

Por isso, a importância de ter a questão social como pressuposto ao analisarmos a ESCA. Para tal, é necessário resgatar a concepção difundida por Marilda Villela Iamamoto e Raul Carvalho (1983). Estes autores descrevem a questão social como: *a questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão.*

Portanto, o que é chamado de questão social tem uma relação direta com a contradição estabelecida em uma sociedade dividida em classes sociais (dominantes e exploradas). Ainda, tratando sobre a questão social como fenômeno típico da sociedade capitalista, temos a contribuição de Teles que diz:

“... a questão social é a aporia das sociedades modernas que põe em foco a disjunção, sempre renovada, entre a lógica do mercado e a dinâmica societária, entre a exigência ética dos direitos e os imperativos de eficácia da economia, entre a ordem legal que promete igualdade e a realidade das desigualdades e exclusões tramadas na dinâmica das relações de poder e dominação”. (TELES, 1996).

Ao nos confrontarmos com uma sociedade em que a contradição está em sua essência, deparamos com diversas situações e fenômenos gerados a partir das relações de exploração da força de trabalho, como por exemplo: a pobreza, as desigualdades, o analfabetismo, a violência, a fome, e também a exploração sexual de crianças e de adolescentes.

Para compreender hoje a realidade de crianças e adolescentes que se encontram em situação de exploração sexual, é necessário um estudo aprofundado sobre a realidade em que este fenômeno está colocado.

Neste sentido, a contribuição de José Paulo Netto torna-se necessária para a compreensão histórica da questão social. *A expressão “questão social” tem um histórico recente, começou a ser utilizada na terceira década do século XIX, surge para nomear o fenômeno do pauperismo. A pauperização da população trabalhadora é o resultado do capitalismo industrial e cresce da mesma maneira que aumentava a produção.*

Esta definição de Netto é fundamental para compreendermos a ESCA enquanto expressão da questão social, pois a pesquisa abordada por este trabalho não é construída com adolescentes de famílias sem uma determinada classe social. O estudo trata aqui de crianças e adolescentes no extremo da pobreza da pirâmide social. Isto é, de crianças e adolescentes que têm o pauperismo como companhia constante em suas vidas.

Em seu artigo *Crianças e Adolescentes no Mercado do Sexo: Fetichismo e Precarização*, Leal (2010) aponta que estudos recentes mostram que algumas características, nas últimas décadas, da criança e do adolescente envolvidos com o mercado do sexo são expressões dessa contradição colocada, como o fato de serem pertencentes a classes populares; de possuírem algum engajamento no trabalho infantil e doméstico e de serem identificados entre o segmento de rua.

Como afirmava Karl Marx sobre o pauperismo “o pauperismo constitui o asilo dos inválidos e o peso morto do exército industrial de reserva, as mesmas causas que aumentam a força expansiva do capital e a riqueza ampliam a força de trabalho excedente, esta é a “Lei Geral e Absoluta” da incessante acumulação capitalista” (Marx, 1995).

2.2 Os Marcos do Capitalismo na Atualidade

A partir da crise na taxa de lucro do capital no início da década de 1970, as ideias de Hayeck (1949) expressas no livro *O Caminho da Servidão*⁸ tornam-se uma alternativa viável e concreta para a burguesia e começam a ser aplicadas na forma de política em diversos países, onde Chile (Pinochet) e Inglaterra (Thatcher) são vanguardas. Esta onda de crise estrutural do capital (Mészáros, 2009) também leva a outras formas de transformação, como as do mundo do trabalho. A rigidez e a produção de massa do modelo fordista/taylorista chega ao seu esgotamento e assim, o modelo que estava sendo aplicado nas fábricas japonesas no pós guerra começa difundir-se entre os principais polos fabris pelo mundo.

A reorganização do trabalho no modelo toyotista tem como características a preocupação com a qualidade total, o conceito de *just in time*, a preocupação com a subjetividade do trabalhador, este deve ser polivalente e exercer múltiplas tarefas, além de ser comprometido com os objetivos da empresa. (Antunes, 2003) Assim, percebe-se não somente uma preocupação com a linha de montagem de uma determinada fábrica ou empresa, mas também uma preocupação com a subjetividade do trabalhador que deve *vestir a camisa* da empresa para se manter no emprego em um cenário cada vez mais competitivo e sob a constante ameaça da demissão.

Ainda segundo Antunes (2003), o novo modelo de produção divide trabalhadores em aqueles qualificados e aqueles pertencentes aos trabalhos periféricos e não qualificados. Fazendo com que haja uma fragmentação na organização da classe trabalhadora para construir uma maior correlação de forças na defesa da garantia de seus direitos e por suas reivindicações.

No caso do trabalhador sem as grandes e ilimitadas capacitações exigidas nos novos contornos do mundo do trabalho, resta-lhe o subemprego, os baixos salários, a precarização e o desemprego. Cabe sinalizar aqui que no atual modelo constituído na era da tecnologia informacional, a qualificação profissional não se esgota, pois o modelo de trabalhador ideal

⁸ Obra escrita em 1944 por Friedrich Hayeck, pertencente à Escola Austríaca de Economia.

aqui é aquele polivalente, multifuncional e capacitado para lidar com as novas tecnologias que o mercado oferece.

Segundo Freire (1999) no Brasil, a reestruturação produtiva é instalada na década de 1990, forçada pela crescente competitividade em escala global. Assim como nos países que protagonizaram a nova ordem de organização do mundo do trabalho, no Brasil, esta nova ordem caracterizou-se pelas medidas de redução de custos das empresas. Essa redução de custos representou concretamente na redução da força de trabalho e na terceirização no interior dessas empresas. Outras medidas também foram adotadas, como os sistemas *just-in-time* (onde a mercadoria é produzida de acordo com a demanda, redução máxima de estoques), os Círculos de Qualidade Total, etc. É importante afirmar que essas mudanças no mundo do trabalho expressam novas maneiras de gestão da produção e do trabalho explorado, mantendo a essência capitalista da apropriação dos resultados do trabalho pela burguesia como ressalta a autora.

O processo de reestruturação produtiva que atingiu a quase totalidade dos ramos produtivos e/ou de serviços, acarretou também alterações significativas na estrutura de empregos no Brasil (Antunes, 2004). O desemprego é parte da consequência do enxugamento da mão-de-obra empregada por parte das indústrias, como parte da crise econômica vivenciada em escala mundial.

Este modelo de racionalização, em um contexto de crise e com as idéias de desmonte das políticas públicas pelo Estado, gera uma crise social intensificada e também globalizada. Nas palavras de Freire (1999) “ nesse novo cenário, o mercado de trabalho é atingido, rompendo-se o relativo e tenso equilíbrio anterior entre capital, trabalho organizado e Estado, caracterizando uma crise sem precedentes na sociedade do trabalho, juntamente com a do Estado de Bem-Estar. ”

O desemprego estrutural massivo e globalizado gerado a partir do novo modelo de produção e da crise no Estado de Bem – Estar Social conduziu a meios alternativos e extremamente precários de obter alguma remuneração aqueles que se encontram fora do mercado de trabalho. Cresce incrivelmente o trabalho informal. O trabalho informal pode ser visto de maneiras diversas, como vendedores ambulantes, catadores de materiais recicláveis, vendedores de *tickets* e uma infinidade de outras atividades que servem como substitutas de uma renda que poderia ser assegurada pelo salário.

Por mais abrangente e ampla que seja as mudanças no modelo de produção, que como mencionado antes, extrapolam o chão de fábrica, as transformações almejadas pela

burguesia como forma de enfrentar a crise não seriam alcançadas se não houvesse também medidas de reforma (contra-reforma) do Estado. Como apontam Behring e Boschetti (2006), “essa fase não é somente marcada pelas mudanças no mundo do trabalho, mas também tem importância as ações tomadas pelo Estado, como mediador no processo de produção e reprodução do capital” (Behring, Boschetti, 2006: 125).

A ação do Estado acontece pela incorporação das ideias difundidas no pós- Segunda Guerra para combater o ideário que predominava as políticas de Estado a época, o keynesianismo. Essas ideias começam a deixar o plano ideário e passam a se concretizar em políticas predominantes nos países centrais capitalistas na década de 1980 e ganha a América Latina na década de 1990 com o Consenso de Washington.

Sobre o domínio neoliberal que ganha escala global, Perry Anderson (1995, p. 17) escreve: “*No início, somente governos explicitamente de direita radical se atreveram a pôr em prática políticas neoliberais; depois, qualquer governo, inclusive os que se autoproclamavam e se acreditavam de esquerda, podia rivalizar com eles em zelo neoliberal*”. Esta passagem de Anderson evidencia o caráter global e hegemônico que o neoliberalismo ganhou nas últimas décadas do século XX.

Freire (1999) ressalta que a contraposição encontrada na acumulação flexível à rigidez fordista é incorporada também nas ações de política do Estado. Assim, foi sendo traçada uma nova cultura também por parte do Estado que busca *flexibilizar* ao máximo os direitos e compromissos deste para com a população.

Apesar do neoliberalismo ter sido difundido como a grande solução para a crise enfrentada globalmente, sua hegemonia não foi capaz de resolvê-la, pelo contrário: seus efeitos foram brutais para a classe trabalhadora e os baixos índices de crescimento econômico não alteraram. (Behring & Boschetti, 2006 p. 127)

Em seu livro, *O Neoliberalismo: História e Implicações*, David Harvey (2008) contribui com algumas caracterizações sobre esse novo ideário de atuação do Estado que pode ser identificado em nível global. Este Estado favorece os direitos individuais, a propriedade privada e o regime de direito, as instituições de mercados de livre funcionamento e do livre comércio, criando arranjos institucionais que garantam as liberdades individuais. As privatizações são defendidas pelos neoliberais como forma de driblar ou solucionar os entraves burocráticos, aumentando assim a eficiência e a produtividade. A privatização também se dá em torno da propaganda da melhora de qualidade dos serviços.

O Estado, neste caso, tem que usar seu monopólio dos meios de violência para preservar, a todo custo, essas liberdades. Em outras palavras, o Estado tem que usar seu poder para impor ou inventar sistemas de mercado: o Estado neoliberal deve buscar reorganizações internas e novos arranjos institucionais que melhorem sua posição competitiva diante de outros Estados no mercado global. Óbvio que a competição resulta em monopólio e oligopólios que expulsam outras empresas mais fracas. A livre mobilidade do capital entre setores, regiões e países é julgada crucial, mas há de se remover as barreiras (taxas, tarifas, impedimentos específicos a um dado lugar) ao livre movimento, exceto em áreas essenciais ao 'interesse nacional'. A soberania do Estado com relação aos movimentos de mercadorias e de capital é, assim, entregue ao mercado global. Acordos internacionais entre países para garantir o regime de direito e as liberdades de comércio são, portanto, incorporados às normas da Organização Mundial do Comércio, e vitais para o avanço do projeto neoliberal no cenário global (Harvey, 2008)

Ainda segundo o autor, há um paradoxo no Estado neoliberal, onde cria-se um pressuposto que o Estado não seja intervencionista. Porém, o Estado neoliberal é forçado, entretanto a intervir, repressivamente, negando as próprias liberdades de que se supõe ser ele quem as garante. Intervenções especiais do Estado favorecem interesses comerciais específicos, assim como créditos são oferecidos arbitrariamente oferecidos por um Estado a outro para obter acesso e influência política em certas regiões.

A necessidade de se criar para os empreendimentos capitalistas um 'clima favorável para os negócios e investimentos' motiva o Estado. Além disso, o Estado em questão recorre à persuasão, à propaganda, se necessário, à força bruta e ao poder de polícia para suprimir quaisquer obstáculos e oposição a sua ordem. Para isso, os neoliberais impõem fortes limites à governança democrática, com apoio em instituições não - democráticas, que não prestam contas, como o Banco Central norte-americano e o FMI para tomar as decisões essenciais e planejar direcionar políticas em diversos países.

Os anos 1990 até os dias atuais são de contra - reforma do Estado ocasionando na expansão do desemprego e da violência (Behring & Boschetti, 2006). Behring caracteriza o termo de contra – reforma como um processo de reordenamento do Estado a partir dos interesses do capital, sem alterar a essência da sociedade burguesa e na contramão das conquistas sociais da classe trabalhadora.

O neoliberalismo, como parte integrante da ofensiva do capital, ataca ganhos da classe trabalhadora conquistadas historicamente por meio de lutas sociais. Isso pode ser constatado como uma ação concreta e de natureza objetiva por parte do Estado. Ao mesmo

tempo e que possui essas ações concretas, comete outro dano avassalador e que é característica também das mudanças no mundo do trabalho, que é o ataque ideológico à subjetividade do trabalhador.

Esta captação da subjetividade da classe trabalhadora tem consequências também aqueles segmentos que estão à margem dela, como a população de rua por exemplo. Segundo Leal (2010) em seu artigo *Crianças e Adolescentes no Mercado do Sexo: Fetichismo & Precarização*, crianças e adolescentes entram no mercado do sexo não só pela necessidade material, mas como também para alimentar fantasias de consumo imputadas por este sistema, como consumir celulares e roupas de marca. No caso dos adolescentes estudados na pesquisa *A Trajetória* (2012), era sinônimo de status e de uma certa admiração por parte dos/as colegas, passear pelas ruas usando um chinelo da marca Kenner.

De maneira mais incisiva, a partir da década de 1990, a política neoliberal diminui significativamente a intervenção do Estado na área social. Este Estado passa a clamar para a participação do segmento empresarial na execução de políticas sociais e abre espaço para o capital financeiro internacional. Além disso, passa a construir um discurso ideológico centrado na ineficiência em torno de tudo o que é estatal, o que é público. É um processo que desconsidera os direitos e minimiza o Estado para as necessidades do trabalho e maximiza para os interesses do capital. Ou seja, subordina os direitos e a proteção social à lógica do mercado. Funda-se assim, um novo quadro de respostas às expressões da questão social: a precarização das políticas sociais de responsabilidade do Estado e a privatização, esta última via re-mercantilização e re-filantropização.

Sobre os efeitos da hegemonia neoliberal do Estado brasileiro e sobre as políticas sociais, Iamamoto sinaliza que a privatização se expressa na “progressiva mercantilização do atendimento das necessidades sociais” (Iamamoto, 2001, p. 24) e na expansão das iniciativas do terceiro setor, caracterizando um trato *descoordenado, pontual e pulverizado* das expressões da questão social que não reconhece a concepção de direito e de universalidade de acesso.

Assim, a estratégia da ofensiva neoliberal no Estado brasileiro é a de precarizar e enxugar as políticas sociais públicas, reduzindo significativamente a prestação de serviços sociais em quantidade, qualidade e variabilidade. Na verdade, busca-se a descaracterização e anulação da condição de direito das políticas sociais e assistenciais, ou seja, a desconstrução do caráter de universalidade e igualdade de acesso, garantidos no Brasil pela Constituição Federal de 1988.

Capítulo 3 – Aproximação entre a Teoria e A Trajetória de Adolescentes em ESCA

Este último capítulo tem a pretensão de fazer uma aproximação entre as características fundamentais que marcam a sociedade capitalista nos dias atuais com a realidade concreta, experimentada pelos participantes da pesquisa *A Trajetória*. Para tal, este capítulo se baseia em três características fundamentais da sociedade do capital na atualidade: primeiro, busca-se identificar na realidade destes adolescentes as consequências da crise do mundo do trabalho, marcado pelo crescimento do trabalho informal e do desemprego; em seguida busca-se um olhar sobre as políticas públicas e sociais voltadas para criança e adolescente em situação de violação de direitos e seu reflexo sobre a vida dos usuários e por último, um olhar sobre paradoxo (mencionado anteriormente) do Estado neoliberal que reivindica a não intervenção, mas que se faz presente para garantir sua ordem através de seu braço repressor.

As análises a seguir são referentes às *análises situacionais* reveladas pela pesquisa, onde consistiam em uma síntese das entrevistas semi - estruturadas, visitas domiciliares, fichas de cadastro em geral. Todas as entrevistas concedidas pelos adolescentes para a pesquisa tiveram o aval do Termo de Consentimento Livre e os adolescentes tiveram a ciência da publicação das entrevistas com a preservação do anonimato dos/as participantes do estudo.

3.1 A Relação entre Rua, Trabalho Precarizado e as Relações Sociais

Como vimos no capítulo anterior, um dos elementos fundamentais para analisarmos a sociedade e suas determinações é nos aproximarmos de como se dão as relações em torno do trabalho. Uma das características fundamentais nos dias atuais no mundo do trabalho são as novas formas de exploração do proletariado encontrado pelo capital a partir da crise estrutura da década de 1970. O modelo de produção predominante nas relações fabris, e que possuem características que vão para além do chão-de-fábrica, é a flexibilização do trabalho. É aplicado o modelo de fábrica enxuta. Enxugamento tanto da produção, quanto da massa empregada. Assim, a terceirização de serviços torna-se presente na maior parte das grandes empresas, alastrando-se inclusive para os empregos públicos como forma de enxugamento da massa trabalhadora, precarizando o trabalho e também como alternativa de enfraquecimento das formas de organização da classe trabalhadora. O predomínio deste modelo traz consequências que vão muito além de apenas nos espaço e nas relações de trabalho, ela se manifesta também no

aprofundamento da contradição capital/trabalho, no aumento da pobreza, violência, o que obviamente é sentido entre as crianças e adolescentes.

Segundo Ricardo Antunes e Márcio Pochmann (2008), foi durante a década de 1980 que o Brasil presenciou os primeiros impulsos do processo de reestruturação produtiva do capital, o que levou “as empresas a adotarem, inicialmente de modo restrito, novos padrões organizacionais e tecnológicos, novas formas de organização social do trabalho.” (p. 4). As características deste processo, notáveis em escala mundial, constituem a superexploração do trabalho, as formas de subcontratação e de terceirização da força de trabalho, a “acumulação flexível” e o receituário do “ideário japonês”.

A aplicação deste modelo de reestruturação produtiva coloca o Brasil como mais um país marcado pela crescente produção estrutural de desemprego, constituindo uma dimensão gigantesca do desemprego e da pobreza.

A acumulação financeira e a automação dos processos produtivos têm jogado uma parcela significativa da força de trabalho mundial no desemprego. O desemprego estrutural e o trabalho informal (aquele que não possui nenhuma garantia expressa nas legislações trabalhistas) são parte da trajetória social das crianças e dos adolescentes participantes da pesquisa.

Dos treze casos detectados pela pesquisa, onde houve exploração sexual, absolutamente todas as famílias viviam em situações de desemprego, buscando assim outras formas de renda. Mais que isso, na maioria dos casos, a condição de trabalho informal seja do pai, da mãe ou de algum outro familiar, está relacionado à ida e permanência da criança ou do adolescente para a rua. Vamos a alguns trechos extraídos da pesquisa:

“... passou a frequentar a rua acompanhando o pai. O pai trabalhava como vendedor de vale-transporte.” (LEAL et al. 2012, p. 61)

“Afirma nunca ter trabalhado com o pai vendendo vale-transporte... Só o levava para rodoviária para que pudesse passear.” (LEAL et al. 2012, p. 61)

Observa-se neste caso que aqui não se trata de uma questão de trabalho infantil, onde algum adulto, familiar ou não, está obrigando a criança ou adolescente a exercer alguma atividade remuneratória. Esse caso é uma consequência direta do desemprego estrutural e também da falta de políticas públicas voltadas para o amparo à crianças e adolescentes filhas da classe trabalhadora. Na falta de um emprego formal, o pai passa a

vender vale - transportes na rodoviária do Plano Piloto e sem um local (creche, escola integral, etc.) é obrigado a levar o filho para acompanhá-lo durante as vendas. Assim, Jô relata que *foi ficando* na rua até romper de maneira definitiva com a sua família para permanecer na rodoviária. (LEAL et al. 2012, p. 62 e 63)

“Com nove anos de idade, Zeca passava boa parte do tempo na rua. Isso acontecia pelo fato de o menino ficar sozinho em casa, pois sua mãe ficava fora, fazendo programas...” (LEAL et al. 2012, p. 97)

“Mãe é empregada doméstica.” (LEAL et al. 2012, p. p.132)

Este é um caso típico, não pelo fato de ter uma mãe prostituta, empregada doméstica, diarista, enfim. O trecho chama a atenção por de novo se tratar da parcela da população que se encontra excluída de um emprego formal, ou nos termos marxistas, o exército industrial de reserva e que com a falta de amparo das políticas públicas, tem que deixar o filho ou filha sozinho/a dentro de casa.

“Sua trajetória na rua teve início muito cedo. Desde os sete anos de idade, quando acompanhava a mãe e os irmãos na venda de chicletes nos sinais próximos à rodoviária... Muitas vezes, pernoitavam a rodoviária.” (LEAL et al. 2012, p.111)

“Tina acompanhava a mãe nas vendas de bala (na rua) e assim, possui seu primeiro contato com a rua.” (LEAL et al. 2012, p. 142)

Esses trechos são mais uma demonstração de que na falta de alocação dessa população, que se encontra do lado de fora do trabalho formal, esta se vê obrigada a prover outras formas de renda, como vender doces nas ruas ou exercer atos de mendicância, por exemplo. E mais uma vez são obrigadas a levar os filhos consigo, tanto pelo fato de ter uma criança possuir um apelo maior para obter mais vendas, como também pela falta de opção em onde deixar os filhos no momento da ida para o “trabalho”.

A mundialização do capital combinada com a flexibilização no mundo do trabalho, desemprego estrutural e o aumento significativo do trabalho informal carrega consequências avassaladoras para os que vivem na pobreza. Em seu artigo *Globalização e Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes*, Leal faz a discussão desses efeitos no âmbito da exploração sexual. A autora descreve: “*Esse novo cenário de crise no mundo do trabalho vai refletir diretamente nas relações familiares. A desterritorialização (via processos migratórios) gradual ou geral dos membros da família atraídos para frentes de trabalho nas regiões rurais, e fronteiras litorâneas e urbanas ou para outros países inclui mulheres e*

crianças no mercado de trabalho sob condições precárias dentre outras situações de exploração e violência.” (LEAL, 2003, p. 08)

Ainda sobre tal processo, Leal acrescenta: *“O acirramento social vai proporcionar, dentre outras situações, a fragilização da família por meio do abandono precoce do “gestor”, das responsabilidades paternas, o abandono dos filhos em relação ao convívio do lar, da escola e de outras relações de sociabilidade. Vai proporcionar, também, o afastamento da mãe do cotidiano do lar.” (LEAL, 2003, p.08)*

É possível identificar tais características de desmonte nas relações entre membros de uma família e conseqüentemente na falta de proteção da criança e do adolescente nas *análises situacionais* da pesquisa estudada. Seguem alguns trechos:

“Minha família foi toda bagunçada. Uns ladrões, outros traficantes. Agora que minha família tá virando evangélica.” (LEAL et al. 2012, p. 86)

“Aos sete anos de idade foge de casa, pois não suportava mais as investidas (abuso sexual) pelo seu padrasto.” (LEAL et al. 2012, p. 87)

“Seus pais eram moradores de rua e o passaram para outra família quando ainda bebê.” (LEAL et al. 2012, p. 96)

“Família de Pernambuco. Atribui o motivo da vinda para Brasília em busca de melhores condições de vida.” (LEAL et al. 2012, p. 107)

“Durante o tempo em que a família de Ton não possuía residência fixa, tinha um trânsito frequente pelas ruas.” (1 LEAL et al. 2012, p. 07)

“O tráfico de drogas é visto pela sua família como forma de trabalho.” (LEAL et al. 2012, p. 111)

“Ele e suas irmãs trabalham em uma carvoaria por volta dos quatro anos de idade.” (LEAL et al. 2012, p. 124)

“Desde que sua família migrou para Brasília em busca de melhores condições de vida, reside nas ruas...” (LEAL et al. 2012, p. 159)

Estas passagens extraídas das *análises situacionais* da pesquisa demonstram que as relações sociais estabelecidas no âmbito familiar são desconstruídas pelo aprofundamento do pauperismo e do desmonte à proteção social seja dos trabalhadores ou da criança e do adolescente propriamente ditos. Essa desproteção tem como consequência

a busca de pais e mães pelo trabalho informal, ou até mesmo pelo crime ou prostituição acarretando no abandono das crianças, na violência entre membros da família, o que concretamente, nos casos analisados, leva ao rompimento com o lar e à permanência na rua.

A pesquisa mostra também, através dos discursos dos próprios adolescentes pesquisados, que existe um reconhecimento por parte destes de que a rua é um espaço mais propício à violação de seus direitos, porém paradoxalmente estes adolescentes reconhecem a busca e a permanência na rua como uma busca por liberdade impossível de ser alcançada no ambiente familiar.

“A diferença, em casa eu tinha tudo e era obrigada a fazer coisas que não queria fazer. Na rua não tinha nada, mas não era obrigada a fazer as coisas. Tipo no sentido de liberdade.” (LEAL et al. 2012, p. 88)

“Eu gostava mais de dormir na rua do que em casa porque em casa tinha medo de dormir porque a casa era toda cabulosa, toda mal – assombrada.” (LEAL et al. 2012, p. 112)

Entender o papel que essas crianças e adolescentes e suas famílias cumprem no modo de produção capitalista, com as características já citadas do modelo contemporâneo é entender o recorte de classe existente, as relações sociais e econômicas em sua complexidade quando tratamos da exploração sexual de crianças e adolescentes.

3.2 Desmonte das Políticas Públicas, Institucionalização da Criança e do Adolescente

Como abordado no sub-tópico anterior, os modelos de produção passaram por transformações para que fosse garantida a reprodução do capital a partir de uma crise estrutural e cíclica deste modo de produção. Porém, também era necessária a intervenção do Estado. “O Estado atua como um instrumento de organização da economia, operando notadamente como um administrador dos ciclos de crise.” (NETTO, 2007 pp.25, 26)

Assim, segundo Abramides e Cabral (2003), o processo de reestruturação do capitalismo estabelece dois tipos de ajustes estruturais distintos, inerentes ao movimento do capital: o primeiro ocorre na esfera da produção, e é conhecido como reestruturação

produtiva (base material da sociedade); o segundo, na esfera política do Estado materializado no neoliberalismo.

Este segundo traduz-se em medidas que buscavam uma resposta contundente do Estado à conjuntura de crise. Estas medidas de encontro do que tinha se configurado como política de Estado, apoiado no ideário keynesiano⁹ de regulamentação do Estado e no Estado de Bem Estar-Social predominante nos países de capitalismo avançado, o que nunca aconteceu propriamente no Brasil BEHRING E BOSCHETTI.

De acordo com as bases teóricas que sustentam o ideário neoliberal, era necessário que o Estado combatesse o movimento operário, através dos sindicatos que reivindicavam melhores condições de vida e salários. Logo, os Estados que protagonizaram o que se entende por políticas neoliberais cortaram os direitos conquistados pela classe através de cortes orçamentários, da disciplina fiscal, dos pacotes de ajustes, das privatizações e da desregulamentação.

Na América Latina, esta programática veio a ser implementada de forma mais sólida a partir do Consenso de Washington em 1989. No Brasil, veio a consolidar de fato na década de 1990, no governo Collor, passando pelos governos FHC e Lula.

Com este pressuposto, foi feita uma análise a partir das trajetórias construídas pelos adolescentes da pesquisa para identificar essas características das políticas de Estado com o predomínio do ideário neoliberal no que concerne a criança e o adolescente em situação de exploração sexual e outras violações de direitos.

As *análises situacionais* da pesquisa, onde o foi feito o resgate do histórico institucional de cada adolescente participante da pesquisa, aponta que o descaso do Estado não é feito pela sua total ausência, mas sim pela completa incapacidade e desinteresse do poder público de atuar de forma consistente e articulada no combate não só da exploração sexual, mas de qualquer outra violação de direito que essas crianças e adolescentes enfrentam em seus cotidianos.

O fato de termos adolescentes que apesar da pouca idade, passaram por um longo caminho em instituições ou programas e que permanecem em situação extrema de violação de direitos revela a não proteção existente por parte do Estado, fruto da (des)responsabilização por parte deste.

⁹ é a teoria econômica consolidada pelo economista inglês John Maynard Keynes.

Dos casos onde foram detectados exploração sexual, há uma média de que cada indivíduo possui em torno de oito passagens em instituições durante sua infância e adolescência

A tabela a seguir faz um levantamento das instituições e programas do Distrito Federal pelas quais os/as adolescentes da pesquisa tiveram passagens. Importante destacar que esta tabela serve para ilustrar o cenário de institucionalização em que estes adolescentes passaram, não tendo a pretensão de apresentar um quadro preciso sobre elas, pois em muitas entrevistas concedidas ao grupo de pesquisa, era comum os/as adolescentes não saberem precisar exatamente todas aquelas instituições pelas quais tiveram passagem ou até mesmo quantas passagens tiveram em cada instituição.

A primeira tabela mostra qual instituição ou programa o/a adolescente identificou ao ser perguntado/a sobre por *onde* já passou e a segunda coluna mostra qual o número de passagens por uma determinada instituição ou programa. Esta segunda coluna faz a soma de qualquer menção nas *análises situacionais* à entrada em alguma instituição, independentemente de tempo de permanência. Ainda sobre esta coluna, ela mostra a soma feita de todos/as adolescentes que identificaram aquela instituição/programa.

Tabela 1

Instituição/Programas	Número de Passagens
CAJE	32
SEDEST	02
Comunidade Terapêutica Ministério Servos	01
Escola de Meninos e Meninas do Parque (EMMP)	05
Projeto Giração	06

Conselho Tutelar	02
ABRIRE/CRT	05
Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PET)	01
Abrigo Casa Lar Rebeca Kequis	01
Transforme	03
Lar Chico Xavier	01
Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA)	02
CRAS/CREAS	01
Casa de Passagem	01

A intensa carga de violação de direitos vividos por essas crianças e adolescentes concomitantemente a uma vasta institucionalização dos mesmos demonstram que não há uma sintonia entre os paradigmas estabelecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente¹⁰ (somente possível por conta dos artigos 227 e 228 da Constituição Federal) e as políticas públicas. Como afirma Nogueira (1998) o paradigma atual das políticas públicas reflete o ideário neoliberal e não o embate de forças progressivas ou conservadoras que resultou na Constituição Federal de 1988.

O trato do Estado neoliberal com as políticas sociais se fundamenta no trinômio: a privatização, a focalização e a descentralização. (Behring, Boschetti, 2006, p. 156). Essa ordenação das políticas sociais tem um efeito devastador para a população que carece de

¹⁰ Os paradigmas norteadores do ECA estão centrados basicamente em dois pressupostos: o primeiro deles é o da proteção integral em contraponto ao paradigma da situação irregular. O segundo pressuposto é o respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

proteção social. Por isso, para que seja garantidos os direitos da criança e do adolescente conquistados de maneira mais formal através da formulação e construção do Estatuto da Criança e do Adolescente, é necessário romper com esta hegemonia presente nas políticas públicas.

3.3 Criminalização da Pobreza, Política de Higienização e Repressão Policial

As experiências extraídas a partir das *análises situacionais*, a outra face do Estado neoliberal: seu braço repressor. Absolutamente todos os casos onde foi constatada a exploração sexual dos adolescentes da pesquisa, apresentam casos de violência policial. Seja ela física, psicológica, sexual ou por abandono na prestação de socorro.

Há um paradoxo para a criança e o adolescente em situação de pauperismo: ao mesmo tempo em que sofrem com a invisibilidade perante as políticas e os serviços sociais para assegurarem a sua proteção, temem com uma visibilidade um tanto exagerada e perversa aos olhos da segurança pública como marginais e criminalizados (Sales, 2007).

Esta reflexão é de extrema importância para compreender as relações que acontecem na rua, nas suas mais diversas dimensões. Uma criança ou um adolescente cometer um crime pelo desejo de possuir um determinado produto considerado “da moda” pode ser interpretado como um grito desesperado por visibilidade. Por outro lado também, não se pode desconsiderar o extremo oposto quando se analisa a criança e o adolescente em situação de violação de direitos – aquela visibilidade levada ao extremo, mas com a finalidade de marginalizar e criminalizar. Muitas vezes é essa visibilidade extrema e perversa que é vinculada nas grandes mídias como tentativa de justificar a persistente violência policial (e, portanto, também institucional) a que essas crianças e adolescentes estão submetidos.

Entender a população que o estudo analisa enquanto aqueles/as que fazem parte do segmento mais empobrecido da sociedade e, portanto, criminalizado nesta ordem social marcada por desigualdades é fundamental para compreender a grande presença de repressão policial a que este segmento está submetido. Este cenário se agrava ainda mais por estarmos tratando, como definido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, de pessoa em situação peculiar de desenvolvimento, pois demonstra que o dever do Estado em assegurar a proteção é constantemente desrespeitado pelo próprio Estado.

Os trechos a seguir ilustram o cotidiano marcado pela violência policial vivenciada por crianças e adolescentes em suas trajetórias de rua:

“... o policial me encheu de paulada no corpo.” (LEAL et al. 2012, p. 69)

“Mandava a gente pular da ponte do lago de madrugada. Já tentaram abusar sexualmente no gramado da rodoviária, os policiais DS. Eu comecei a gritar e ele rasgou minha roupa. Tinha uma obra lá e ele falou que ia levar eu e mais três meninas lá pra dar revisto. Chegou lá, ele pegou a arma e começou a rasgar a nossa roupa. Beijava na boca, no pescoço.” (LEAL et al. 2012, p. 94)

“... sofri uma violência brutal... Quando fui pegar meu cobertor (no Parque da Cidade), apareceram dois policiais. Aí, eles mandaram eu pular da caixa d'água... Um deles estava com uma arma na mão e deu um tiro na minha reta, mas graças a deus não chegou a pegar não... Eles me jogaram no chão, arrastaram a minha cabeça na areia.” (LEAL et al. 2012, p. 104)

“Ton afirma ter sofrido violência por parte da polícia. Ele conta que certa vez estava brincando com uma cadeira de rodas e foi agredido por um policial.” ((LEAL et al. 2012, p. 121)

“Ele (o policial) falou assim pra mim ‘Ei, menino. Quer ganhar quarenta conto?’. Aí, eu falei ‘ Se for coisa ruim, não quero não, se for coisa boa eu quero.’ Aí ele pegou e falou bem assim ‘ Você vai fazer um programa comigo, eu te dou o dinheiro e você vai embora.’ ...As pessoas que não vai, ele fala bem assim ‘ Quando você estiver dormindo, eu vou meter fogo em você, antes de meter fogo, vou te dar um cacete.’ Aí pega e passa medo na gente. Se a gente não for, ele bate na gente.” (LEAL et al. 2012, pp. 129 e 130)

“Assim, eu peguei e tava dormindo na rua, aí a polícia chegou em mim e... eu não vi a hora e amarrou uma bomba no pé. Aí, eu peguei e não vi mais nada, só vi a bomba estourando. Bum! Quando estourou, eu ganhei um susto, acordei assustado.” (LEAL et al. 2012, pp. 130 e 131)

Depois de ter sofrido uma das várias violências físicas por parte da polícia, Nilo relata que fez a denúncia em um “postinho” policial.

“Eles falaram assim: ‘Desculpa, mas eu não posso fazer nada.’ (LEAL et al. 2012, p. 131)

“Eles levavam a gente pra bem longe. Deixava de dois em dois pelo caminho. Já me deixaram na saída de Formosa.” (LEAL et al. 2012, p.145)

“Manda você tirar tênis, meia, boné e se tiver de toca, tira também. Joga suas coisas tudo no chão... Uma vez eles me pegaram de noite, bem de noitão e dava maior tapa nos menino, levava pra Ponte do Bragueto e mandava eles pular lá de cima.” (LEAL et al. 2012, p.161)

Estas passagens, extraídas do próprio discurso dos/as adolescentes demonstram uma cidadania inexistente e escassa deste segmento. Fica evidente que para que seja possível alcançar a garantia de direitos dessa população e a sua proteção necessária, há que se pensar e formular não somente políticas públicas no âmbito dos serviços sociais, mas também da segurança pública.

Considerações Finais

O presente Trabalho de Conclusão de Curso buscou entender o fenômeno da exploração sexual de crianças e adolescentes a partir do contexto atual do capitalismo em que está inserido. Para tal, este estudo contou com uma análise de dados secundários extraídos da pesquisa realizada pelo grupo Violes nos anos de 2008 e 2009 intitulado *A Trajetória Social da Criança e do/a Adolescente em Situação de Exploração Sexual na Rodoviária e no Setor Comercial Sul de Brasília* para fazer um paralelo e uma aproximação com o que existe de contribuição teórica e conceitual acerca da atual ordem societárias, compreendendo a sua dinâmica econômica, social e política. Assim sendo, este estudo permite chegar as seguintes conclusões:

1. É possível identificar nas trajetórias dos/as adolescentes participantes da pesquisa e que se encontram, ou que se encontravam, em situação de ESCA o conjunto de transformações desencadeadas no mundo do trabalho chamadas de reestruturação produtiva. Estas transformações possuem conseqüências significantes em diversos aspectos na vida do trabalhador. Uma dos resultados mais diretos deste modelo de produção está no alto nível de desemprego estrutural, fazendo com que uma parcela grande da população que não consegue ser empregada no trabalho formal, por ser muito restrito e por ter um nível de qualificação inesgotável, procure outras formas de remuneração – o trabalho informal e precarizado. Este tipo de trabalho é desprovido de qualquer segurança e garantia de direitos. Os relatos extraídos da pesquisa mostram que em muitos casos a ida e

permanência na rua estão associadas ao *trabalho* informal de membros da família, como ir às ruas para vender balas e chicletes, por exemplo acompanhando os pais. A precarização nas formas de trabalho também resultam em muitos casos em relações familiares extremamente conflituosas, onde a criança por ser o sujeito mais frágil, sofre com a desproteção e desamparo resultantes destes conflitos.

2. Uma outra possível conclusão a partir deste estudo é que, como referenciado na pesquisa bibliográfica feita, a saída encontrada pela burguesia para a crise do capital aberta a partir da década de 1970 com a crise do petróleo, não é configurada somente a partir das mudanças projetadas na esfera da gestão do trabalho, era necessário também fazer mudanças de caráter ideológico nas políticas de Estado, sintetizados no que se é denominado de ofensiva neoliberal. Com este pressuposto, foi possível apreender, nas *análises situacionais* da pesquisa aspectos que expõem que o trato do Estado com a criança e com o adolescente se baseia neste ideário.

A política social, segundo Pereira (1996), possui um caráter contraditório: ela tanto pode servir para fazer o controle social do público alvo da política (classe trabalhadora e aqueles segmentos a margem dela), como também pode servir para garantir ou assegurar direitos. Em uma conjuntura marcada pelo enxugamento do Estado, a política social tem mostrado que não está servindo para garantir os direitos ora conquistados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), mas servem como forma de controle desta população como demonstra os trechos relatados de violência policial sofrida por crianças e adolescentes como também a não atuação em rede das instituições que lidam com este segmento.

3. Por último, vale uma reflexão sobre as formas de enfrentamento não somente do fenômeno da exploração de crianças e adolescentes, mas também de como combater esta hegemonia predominante nas políticas públicas marcada por um enxugamento do Estado, o que desencadeia em uma ampliação da desproteção e da violação de direitos à criança e ao adolescente. Para tal, é importante a consideração acerca do caminho construído (metodologia) na pesquisa *A Trajetória Social da Criança e do/a Adolescente em situação de Exploração Sexual na Rodoviária e no Setor Comercial Sul de Brasília* para se chegar aos dados fornecidos por tal estudo. A metodologia construída tinha uma preocupação que extrapolava o mero rigor científico (sem descartar sua importância), mas visava também fazer um resgate sobre aqueles princípios construídos, principalmente ao final da década de 1980, resultando no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Durante toda a construção, formulação e execução da pesquisa, a criança e o/a adolescente não eram vistos como simples objeto para o estudo, mas como sujeitos dotados de contribuições, reflexões e direitos. Assim, sendo a pesquisa analisada por este trabalho cumpre um papel não somente de contribuir academicamente para o estudo do fenômeno da exploração sexual, mas aponta caminhos a serem seguidos para enfrentar o conjunto de violação de direitos vivenciados por crianças e adolescentes e traçar caminhos para a política pública para que esta deixe de ser mais um violador de direitos para se tornar um instrumento de proteção social.

Referências Bibliográficas

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa; CABRAL, Maria do Socorro Reis. Regime de acumulação flexível e saúde do trabalhador. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v.17, n.1, p.3-10, 2003.

ANDERSON, Perry. "Balanço do neoliberalismo". In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-23.

BEHRING, Elaine. Brasil em contra – reforma: desestruturação do Estado e perda dos direitos. São Paulo. Cortez, 2003.

_____ e BOSCHETTI, Ivanete. Política Social: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2006.

CARVALHO e IAMAMOTO, (1983, p.77) IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo, Cortez, 1983.

FREIRE, Lucia M. B., Reestruturação produtiva e desestruturação social do trabalho no Brasil no limiar do século XXI. Ser Social, Revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social do Dep. de Serviço Social da UnB. n.5. Brasília: UnB, 1999, pag. 45-64.

HARVEY, David. O Neoliberalismo: história e implicações. Tradução Adail. Loyola, 2008.

IAMAMOTO, Marilda. A questão social no capitalismo. In. Revista Temporalis. n. 03 Jan-Jun. 2001. Brasília.

IANNI, Octávio. Teorias da Globalização. . Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1995.

LEAL, Maria Lúcia P. A exploração sexual de Crianças e Adolescentes: fetiche e precarização. In: Criança e Adolescente: direitos, sexualidade e reprodução. Org. Maria America Ungaretti. São Paulo: ABMP, 2010.

_____. A trajetória social da criança e do (a) adolescente em situação de exploração sexual na rodoviária e no Setor Comercial Sul de Brasília: metodologia de pesquisa-ação e intervenção social. Brasília: UnB, 2012.

_____. Globalização e exploração sexual comercial de crianças e adolescentes. Rio de Janeiro, Save the Children, 2003.

MARX, Karl. O Capital, V. I. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1995.

MÉSZÁROS, István. A Crise Estrutural do Capital. Boitempo, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Petrópolis, Ed. Vozes. 2001.

NETTO José Paulo. Capitalismo Monopolista e Serviço Social. SP: Cortez, 2007.

NETTO José Paulo. Capitalismo Monopolista e Serviço Social. SP: Cortez, 2007.

_____. Cinco Notas a Propósito da “Questão Social “. In: Revista Temporalis, nº 3. ABEPSS, 2003.

NOGUEIRA, M. A. As Possibilidades da Política: idéias para uma reforma democrática do Estado. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

PEREIRA, Potyara. A Assistência Social na perspectiva dos direitos. Crítica aos padrões dominantes de proteção ao pobres no Brasil: Thesaurus, 1996.

SALES, Mione. (In)visibilidade perversa: adolescentes infratores como metáfora da violência. São Paulo: Cortez, 2007.

TELES, Vera da Silva. Questão Social: afinal do que se trata? São Paulo em Perspectiva, vol. 10, n. 4, out-dez/1996.

VIANA, Nildo. Escritos Metodológicos de Marx. Goiânia: Alternativa, 2007.